

# A língua como elemento político crucial na construção do estado tchecoslovaco

*Flávio Rodrigues Barbosa*<sup>1</sup>

Recebido em 12 de abril de 2018.

Aceito em 05 de junho de 2018.

**Resumo:** *Nosso artigo aborda o papel da língua materna como elemento político central nos conflitos que legitimaram o direito à autodeterminação de pequenas nações eslavas. Como exemplos, ilustram-se os casos da República Tcheca e da República da Eslováquia, através do alvorecer de seus movimentos culturais nacionalistas, durante os séculos XVIII e XIX. São estudadas e problematizadas algumas das principais teorias políticas, justificadoras dos estados-nacionais, que exerciam profundas influências nos círculos intelectuais desse período. Dessa forma, são discutidos os conceitos de nação, língua e os respectivos elementos que legitimam o direito de uma determinada nação se expressar através de um estado próprio. Os elementos teóricos discutidos são, então, contrastados com o itinerário histórico seguido pelo processo de imaginação e construção do estado binacional tchecoslovaco. Como o foco deste trabalho se faz sobre o papel político e central da língua, abordamos duas das três gerações de movimentos nacionalistas. As razões se justificam pelo fato de serem os dois primeiros grupos compostos, em sua maioria, por filólogos, linguistas, historiadores, poetas e jornalistas que levaram a cabo, durante sua fase de atuação, a missão de redescobrir suas histórias culturais, (re)codificar suas línguas e legitimar o direito de reconhecimento político de suas nações.*

**Palavras-chave:** *Língua; Nação; Estado; Política; Povos Eslavos*

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais, subárea de Ciência Política pelo PPGCSO/UFJF, com período PDSE/CAPES na Vysoka Skola Ekonomická v Praze. Email: f.rodriguesbarbosa@gmail.com

## A Nação como um Caso de Política

O que vem em mente quando pensamos a palavra nação é uma pluralidade de ideias que possuem grande fundo emotivo, relacionadas a uma história cultural de uma certa coletividade. Uma coletividade, no sentido de uma nação, geralmente, só se reconhece como um agrupamento político-social, dotado de questões legítimas e protegidas por um conjunto de direitos, quando experimenta alguma situação que a isole das demais ou ameace sua existência, estando ambos os casos diretamente relacionados com situações onde um sentimento de diferenciação ou rejeição inicia um processo de produção de autoconhecimento sobre si, tendo por finalidade seu reconhecimento, proteção, conservação e perpetuação. Analisar a edificação do estado-nacional tchecoslovaco requer o mapeamento não apenas das ações políticas ilustradas por sua história, mas, também, a abordagem do que a comunidade política e acadêmica teorizava sobre o assunto. Em outras palavras, como os círculos políticos e intelectuais justificavam o direito de autodeterminação dos povos em estados nacionais e como seus idealizadores enfrentaram tais questões.

### Comunidade de Sentimentos e Destinos Comuns

Nosso ponto de partida são os discursos e ideias que datam de 1830, década em que o conceito de nação ganha significado político ao equalizar “povo ao Estado” às maneiras francesa e americana, culminando no “princípio de nacionalidade” (HOBSBAWN, 1990). Nesse período também emerge a expressão Estado-nação, a qual não tardaria a se tornar familiar. Esse período apresentou um conceito profundamente influenciado pelas ideias dos teóricos jusnaturalistas, onde, por nação, entendia-se o corpo de cidadãos submetidos a um poder central que compõe um território específico, uno e indiviso, que teria no Estado sua expressão po-

lítica. Na prática, o conceito se desenvolveu dentro de grupos fechados<sup>2</sup>, tendo por finalidade se diferenciar das coletividades estrangeiras que habitavam as mesmas cidades e desfrutavam de alguns privilégios não consentidos aos habitantes naturais da região. Sua expressão política, não apenas destacaria um território de origem, mas também um grupo de descendência comum na direção da etnicidade.

Trinta anos depois, na Inglaterra, Lord John Acton<sup>3</sup> publicava seu ensaio sobre nação e nacionalismo, cujo maior legado se refletiu sob a crítica de toda produção literária sobre tais temas até 1860. De acordo com Acton, todos os esforços, até então, produziram definições demasiadamente abstratas e fictícias que, no fundo, produziam apenas discursos que tinham por finalidade evitar perdas territoriais. A crítica de Acton se refletiria na persistência do sentido da palavra *nacion* após 1884 – vinte quatro anos após a publicação de Acton –, onde seu conceito se enunciava da seguinte forma: “Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum”, assim como “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” (HOBSBAWN, 1990, p. 31).

Outro importante, e influente, ensaio sobre nação e nacionalismo foi publicado em 1907 por Otto Bauer, importante figura intelectual do movimento austromarxista. Em seu ensaio, Bauer chamava a atenção para a tonalidade emotiva contida na pronúncia de tais palavras quando evocadas – sobretudo pelos povos de língua alemã. Para este autor, a ciência quando passou a tratar os problemas da nação não a explicou, apenas fez o favor de enunciá-la, devendo a nação ser compreendida a partir do conceito de “caráter nacional”, o qual não se resume a uma comunhão relativa de traços e conjunto de comportamentos de indivíduos.

<sup>2</sup> Conforme argumenta Hobsbawm, a palavra se desenvolveria dentro de Guildas e Corporações. Ver: HOBSBAWN (1990, p. 28).

<sup>3</sup> Ver: ACTON, John. (1862). *Nationality*; In BaALAKRISHNAN, Gopal. (org). (1996). *Mapping the Nation*. New York. p. 17-38.

Bauer [1907(1996)] observa que a tarefa da ciência nesse propósito é o de explicar como surge tal comunhão de caráter e como os membros de uma nação, apesar das diferenças individuais, coincidem em uma série de aspectos e diferem de membros de outras nações. Assim, o autor argumenta que a “nação” surge como uma comunhão de destino, não caracterizada apenas por critérios de semelhança e sujeição a uma sina comum, tratando-se de uma experiência comum de mesmo destino que se realiza através das constantes comunicações e interações contínuas entre seus envolvidos:

“Não é a semelhança de destino, mas a experiência e o sofrimento comum do destino, vivenciado numa interação mútua geral, em constante ligação de uns com os outros que produz a nação” (BAUER, 1996, p. 57).

Bauer [1907(2000)], então, argumenta que a “nação” pode ser mais bem definida como uma comunhão de caráter que brota de uma comunhão de destino e não da mera semelhança de destino. Ressalte-se que, daí, segue também a importância da língua para uma “nação”. O autor aponta duas maneiras de realização das causas efetivas e condições da luta humana pela vida agregarem coletividades numa comunhão nacional de destinos: 1) a herança natural: comunhão de descendência e; 2) a língua: comunidade de comunicação (transmissão oral de valores). O caso da herança natural é ilustrado pelo autor através da comunhão de descendência, efetuada através da manutenção e mistura permanente de sangue. Esses dois fatores edificam a comunidade cultural, responsável pela formação do caráter nacional que será determinado pelos valores culturais comuns transmitidos de geração para geração:

“Mas o caráter do indivíduo nunca é a simples totalidade das propriedades hereditárias; é sempre determinado também pela cultura que lhe é transmitida, pela educação de que ele goza, legislação a que está sujeito, costumes em que vive,

religião, ciência, arte e política que nele surtem efeito” (BAUER, 1996, p. 58).

O autor também chama atenção pelo fato da nação não ser uma coisa rígida, estando sempre em transformação e sua regulação sujeita às condições nas quais as pessoas lutam pelas suas necessidades vitais e assim se manter:

“O caráter é determinado por aquele que rege esses fenômenos, pelo modo como conduz sua luta pela vida e garante suas necessidades de sobrevivência (...). Cada membro é produto de sua nação e o caráter nacional nada mais é do que a orientação específica da vontade que a comunhão de destino gera em cada um como propriedade individual. A história das gerações passadas, as condições de sua luta pela vida, as forças produtivas que elas dominam e as relações de produção que estabeleceram, tudo isso continua a determinar o comportamento de sua progenitura natural e cultural. Desse modo, o próprio caráter nacional também perde seu caráter substancial, isto é, a aparência de ser algo duradouro e persistente no fluxo dos fenômenos. Não sendo nada além de um precipitado da história, ele se modifica a cada hora, a cada novo acontecimento que a nação vivencia” (BAUER, 1996, p. 59).

Nossa abordagem sobre o entendimento político sobre a questão da nação, encontra seu ponto final nos escritos de Max Weber. Weber (1982) define, inicialmente, a “nação” como uma comunidade de sentimentos. Trata-se de uma organização coletiva que (com)partilha uma história e destino político comum. O fato de toda “nação” compartilhar entre seu agrupamento social valores que os agregam é a forma pela qual esta vai se diferenciar das demais. Os mesmos fatores e valores que vão levá-la a sua manutenção e, provavelmente, expansão, são os fatores que tornarão essa coletividade um agrupamento político e, assim, sua melhor forma de adequação e expressão de sentimentos reside na formação de um Estado próprio. Em outras palavras, é, no

entendimento de Weber, apenas formando um Estado próprio, que uma “nação” pode se impor, se proteger contra as outras, assim como exercer e expandir sua destinação política.

Chegamos ao ponto em que se faz necessário abordar como Weber (1982) conceitua o Estado e como o fenômeno que define o caráter político se apresenta. Para o autor, o Estado é uma manifestação histórica da *política*. Por sua vez, a política é tratada como algo que não se define pelos seus fins, mas pelos seus meios específicos: o uso da violência; daí o autor afirmar que quem busca a política, quer utilizar os meios que lhes são específicos. Dessa forma, dispor da política é dispor da violência e, dispor da violência é, nesse caso, utilizar a política como forma de intervenção na vida dos outros (Weber, 1982). Sendo uma manifestação histórica da política, o Estado é fruto das complexas atividades sociais que formam as bases das organizações sociais e institucionais de uma sociedade. A partir dessa organização, Weber passa a definir o Estado como um moderno agrupamento político que detém o monopólio do uso legítimo da força física e (da aplicação) do constrangimento em um determinado território. O uso da força física ou da violência é determinante na concepção de Estado de Max Weber, uma vez que o autor afirma que se a violência estivesse ausente das estruturas sociais, então o conceito de Estado também teria desaparecido (Weber, 1982). Nota-se que o conceito de “nação”, para o autor, está remetido ao poder político, onde é persistente a ideia de uma poderosa comunidade política de pessoas que (com)partilham língua, religião, costumes e lembranças políticas. O elo entre “nação” e Estado se torna mais íntimo conforme aumenta a ênfase do poder que as relaciona, o que não quer dizer que nação e povo são equivalentes, existindo, portanto, nações em um estado que se declaram independentes dos demais grupos.

O debate intelectual, abordado nas linhas acima, nos mostra que, uma vez descoberto seu caráter político, a nação deixa de ser entendida como um simples corpo político artificial que edifica um estado próprio através da celebração de um contrato social, conforme

presente em seu frio entendimento na tradição jusnaturalista. Ela também se emancipa de um conceito que/ou pretende universalizá-la e homogeneizá-la ao conjunto de povos que habitam um certo território geográfico e estão sujeitos às mesmas leis. Assim, a nação ganha não só um corpo social distinto, mas uma alma distinta e dotada de sentimentos e destinos políticos comuns que são compartilhados entre seus membros.

Sentimentos (com)partilhados e um destino (político) comum, criam tanto os laços integrativos que perpetuam seu reconhecimento como nação perante as futuras gerações, assim como os meios políticos que objetivam suas ações, as protegem de ameaças externas e as expandem sobre as demais. Esses dois sentimentos são facilmente reconhecidos nos estudos que analisam caracteres como língua, cultura e educação das diversas coletividades que ocupam um determinado território geográfico, e os mais variados tipos de conflitos travados entre os mesmos. A questão dos conflitos deixa claro como ambos os sentimentos compõem os meios políticos de ataque à outras nações, como aquelas que estarão presentes nas políticas de assimilação – após a anexação territorial de nações pequenas ou belicamente mais fracas – e na proteção contra nações maiores ou belicamente mais fortes e/ou, até mesmo, sua independência desta.

### **Nação, a Importância da Língua e a Função do Estado**

Quando nos referirmos à história política de um povo, queremos abarcar toda construção social, levada à cabo por uma nação, que se torna um coletivo cultural e passa a determinar sua própria cultura política. Não é por menos que a cultura política de uma nação tem seu início com a construção de um conjunto de valores presentes em mitos fundacionais, os quais estarão de alguma forma presentes nos mais variados valores de convergência, comunhão e destinação de sua coletividade. Para que um destino político comum seja compartilhado, é necessário, antes, que seus membros

estejam aptos à comunicação entre si, uma vez que é apenas através da comunicação coletiva que se efetivará um sistema pedagógico transmissor de valores, tanto pela via da história oral, quanto da história política, nos ambientes formais e informais de aprendizado.

Para que esses efeitos se tornem eficazes, é necessário, para uma nação, que seus membros se comuniquem através de uma língua comum, para, assim, o “espírito” e o sentimento nacional se difundirem através das duas vias e ambientes citados: “A língua é o instrumento da educação e de toda comunicação econômica e intelectual. A extensão efetiva da cultura é marcada pela possibilidade de compreender através da linguagem” (BAUER, 1996, p.59).

O tratamento político da nação, nos ajuda a compreender porque a adoção de uma língua única sempre implicou em uma escolha política. O discurso da nacionalidade atrelado a uma língua única “era uma questão política, sobretudo nos movimentos políticos após 1810” (HOBSBAWN, 1990, p. 112). A língua nacional se apresentava como fator fundamental nos argumentos presentes nos conflitos territoriais internacionais, sendo defendida como a “alma da nação”, ou como critério crucial na definição de uma nacionalidade. Como ilustrado por Hobsbawn (1990), em um trecho sobre o assunto presente na edição de 1842 da *Revuse des Deuxs Mondes*: “As verdadeiras fronteiras naturais não são determinadas por montanhas e rios, mas sim pela língua, pelos costumes, pelas lembranças, por tudo aquilo que distingue uma nação de outra” (Hobsbawn, 1990, p. 118). O problema político se mostrava mais agravante para as nações que ainda não podiam ser reconhecidas como detentoras de um estado próprio:

“O que fazia do problema da língua um problema mais explosivo era o fato de, nas circunstâncias, qualquer nacionalismo ainda não identificado com um Estado tornar-se necessariamente político. Pois o Estado era a máquina que tinha que ser manipulada se uma “nacionalidade” quisesse se transformar em uma “nação” ou se proteger contra a erosão

histórica ou “assimilação”. O nacionalismo linguístico refere-se essencialmente à língua de uso oficial e da educação pública” (HOBSBAWN, 1990, p. 116).

Devidos aos efeitos da assimilação e da possível erosão histórica – nosso próximo tópico –, o nacionalismo linguístico tomou corpo e se tornou uma mentalidade política importante em defesa das nações na constituição de um estado próprio. Assim escreveu Otto Bauer:

“É impensável que uma nação se mantenha como uma comunidade cultural, à longo prazo, sem a comunhão da língua. Por outro lado, a comunhão da língua ainda não garante a unidade nacional. Isso indica que é necessária a vitória de uma língua uniforme – nacional – sobre os dialetos: a necessidade de comunicação mais estreita criou a língua uniforme, e a existência da união linguística passa então a submeter todos os que a dominam a uma influência cultural semelhante” (BAUER, 1996, p. 59).

Assim se fez a ênfase na importância do uso político da língua para uma nação, reforçando a necessidade desta de se constituir em um estado próprio. O que está em jogo aqui é o fato do estado deter o monopólio legítimo do emprego bem compreendido da força física em seu território (WEBER, 1985). Com isso, ele também é o meio que detém o monopólio legítimo sob importantes elementos de controle da produção, reprodução e modificação da cultura. Na continuidade desse percurso, é, também, legítimo ao estado o monopólio do direito de interferir na vida das coletividades que habitam o território sob seu controle. A nação, então, que nele se expressa, tende a usá-lo como meio para homogeneizar e assimilar as demais culturas e coletividades (rivais e conflitantes), através de políticas que abrangem, por exemplo, a nomeação de uma língua oficial do território, seu uso obrigatório nos meios de comunicação, nas instituições administrativas e no conjunto de instituições e aparelhos que compreendem o sistema de educação e de difusão de mensagens do estado. Dessa forma, a língua

tanto figura como o meio crucial para o reconhecimento da legitimidade dos direitos das nações, assim como o meio em que uma nação, que controla um certo território, limita as capacidades políticas de outras nações intraterritoriais. Pois em casos de não expansão, certo é que uma nação se mantém e se perpetua nos territórios onde é dominante até onde for dominante.

### Dominação e Política de Assimilação

Outro ponto importante a ser ressaltado, quando se aborda o debate sobre nação e os movimentos nacionalistas, especialmente aqueles atuantes no final do século XVIII e ao longo do XIX, reside na influência que o debate sofreu das teorias evolucionistas, as quais funcionavam como justificativa política da dominação de uma nação sobre outra. Defendia-se a ideia de que nações atrasadas no interior do processo de modernidade – industrialização e inserção no sistema capitalista – eram nações inferiores e fracas. De acordo com tal discurso, nações pequenas e “fracas” estavam destinadas ao perecimento. A solução contra esse destino residia em fundirem-se com nações mais poderosas, capazes de “reoxigenar” suas instituições e impulsioná-las dentro do curso vigente do progresso (BALAKRISHNAN, Gopal *et al*, 1996; GUIBERNEAU, 1998).

O discurso data do século XIX, época em que muitas das pequenas nações, as quais reivindicavam um estado próprio, se encontravam sob domínio de outras, como aquelas dominadas pelo Império Austro-Húngaro. O discurso evolucionista foi tomado como legitimador da dominação vigente e do processo de unificação e expansão territorial de outras nações mais poderosas. Na teoria, um estado heterogêneo, composto de várias nações era aceitável, pois defendia que as nações pequenas, atrasadas e mais fracas só tinham vantagens a ganhar (HOBSBAWN, 1990, p.45-46). No entanto, os aparelhos administrativos e escolares obrigavam as pequenas nacionalidades à adoção da língua e as leis da nação dominante. Na prática, a defesa de um estado não baseado em

fatores e critérios étnicos, linguísticos ou num destino comum era impraticável por ambas as partes. Quem dominava, acreditava que conceder tais direitos às nações dominadas era denunciá-las em direção a suas independências, por isso a necessidade da crença na assimilação:

“A combinação de diferentes nações num só Estado é uma condição tão necessária da vida civilizada quanto a combinação dos homens na sociedade. Na união política, as raças inferiores se elevam através do convívio com raças intelectualmente superiores. As nações esgotadas e decadentes são revigoradas pelo contato com a vitalidade mais jovem. As nações em que se perderam os elementos da organização e a capacidade de governo, quer pela influência desmoralizante do despotismo, quer pela ação desintegradora da democracia, são resgatadas e reeducadas sob disciplina de uma raça mais forte e menos corrompida” (ACTON, Lord, [1862(1996)], p. 37).

Heinrich von Treitschke, influente pensador político alemão do final do século XIX, assim escrevia sobre o assunto: “Os estados não nascem da soberania do povo, mas são criados contra a vontade do povo, o estado é o poder da raça mais forte que se estabelece” (Apud GUIBERNEAU, 1998, p. 16). Suas concepções políticas influenciariam Max Weber, uma vez que frequentava sua casa devido a grande amizade que este tinha com seu pai. Assim, Treitschke segue suas observações políticas acerca da relação entre os estados e as nações estabelecendo inicialmente que:

“O Estado é o poder da raça mais forte que se estabelece sobre as demais e exerce seu poder por meio da guerra, sendo a única entidade capaz de manter um monopólio da violência, sendo o seu direito às armas o fato que distingue o estado das outras formas de vida organizada” (Apud GUIBERNEAU, p. 17).

O apelo às armas seria válido “até o fim da História, residindo nesse o ponto o caráter sagrado da guerra, sendo esta uma das ativida-

des mais normais das nações” (Apud GUIBERNEAU, p. 17), e dessa forma o autor conclui que: “a grandeza da história consiste no perpétuo conflito entre as nações, sendo uma tolice qualquer tentativa de suprimir a rivalidade entre estas. Assim, a guerra é a ciência política por excelência” (Ibidem, ibid.).

Treitschke justifica a assimilação através do que aponta como duas forças poderosas em ação na história, verificáveis na tendência que todo estado tem em amalgamar sua população através da linguagem, nos costumes e numa única unidade: “Nação e estado devem coincidir. Só as nações bravas têm uma existência segura, um futuro, um desenvolvimento; as nações covardes são derrotadas, e é assim que deve ser” (Apud GUIBERNEAU, 1998, p. 19). Em outro trecho, encontramos a continuidade e a conclusão que faz de tais argumentos:

“Todas as verdadeiras obras-primas da poesia e da arte se erguem no solo das grandes nacionalidades. Um estado de maior tamanho significa um estado mais poderoso. Os estados de maior tamanho têm o poder de impor seu próprio modo de pensar, apresentam-se como “estados superiores” e estimulam sua arte e cultura a serem tidas como certas” (Apud GUIBERNEAU, 1998, p. 19).

Acompanhando as apologias da assimilação, outro discurso figurava no cenário político: o “Princípio do Ponto Crítico”. Segundo Hobsbawm (1990, p.48-49), esse outro discurso se mostrava mais útil que qualquer outro que debatia as questões da nacionalidade e buscava eliminar um número de pequenas nações, ainda que a existência de muitas se mostrava inquestionável. Três critérios foram utilizados para o reconhecimento de uma nação: 1) Sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; 2) A existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário es-

crita e; 3) Uma comprovada capacidade para a conquista<sup>4</sup>.

Para as nações pequenas, a assimilação era o caminho para sua extinção. Contra tal política, e na defesa da edificação de um estado próprio, líderes de pequenas nações organizaram diversos movimentos e insurreições que ficaram conhecidos como a *guerra das raças* (Foucault, 2005). Trata-se de um discurso que foi um forte instrumento político para os nacionalistas dos séculos XVIII e XIX:

“O discurso da guerra das raças não pertence aos oprimidos, não é o discurso do povo e reivindicado por ele. Foi um discurso das oposições e diferentes grupos de oposição. Instrumento de crítica e de luta contra uma forma de poder dividido entre os diferentes inimigos ou a diferentes formas de oposição a esse poder” (FOUCAULT, 2005, p. 89).

Raça, nessa guerra, designa uma clivagem histórico-política, ampla e relativamente fixa. A guerra das raças é decorrência da coabitação entre dois grupos (étnicos) que não têm em suas origens igualdade de idioma e credo, que não se misturaram por diferenças e privilégios no que concerne ao direito, à distribuição das fortunas e ao exercício do poder, e que só se encontram unificadas (mas não unidas) por intervenções decorrentes de fatores implicados por ocorrência de invasões, guerra e a consequente dominação por uma das partes e a tensão e insuportabilidade de continuidade de sujeição à *Pax* estabelecida.

Uma vez discutidos os conceitos teóricos centrais de nosso estudo acerca da importância da língua na construção e legitimação dos estados nacionais, passaremos para a análise política e histórica da Tchecoslováquia.

## Uma Análise Histórica do Estado Tchecoslovaco. Um Passado que

<sup>4</sup> Conforme relata Hobsbawm, a ideia de um povo imperial funcionava como forma de tornar uma população consciente de sua existência coletiva, enquanto a conquista funcionava como prova darwiniana do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais.

## Ressuscitará como uma Comunidade de Sentimentos e Destino Político Comum

É difícil precisar uma data que indique o início do povoamento dos territórios tchecos e eslovacos. No entanto, a literatura baseada em fontes arqueológicas e documentos romanos leva a crer que ambos os territórios começaram a ser povoados na época das Grandes Migrações, por volta de 500-600 dc. Em 623 d.C., tchecos e eslovacos teriam se unificado pela primeira vez para combater uma invasão Avar. No século IX, por volta de 830, ambos os povos novamente se unificam, edificando uma unidade política comum conhecida como a Grande Morávia que, por sua vez, teria fim por volta dos anos 904-05 dc. A partir daí, ambos os territórios seriam governados por dinastias específicas – austríacas, para tchecos, e húngaras, para eslovacos –, integrando, em 1867, com a *Ausgleich*, o Império Austro-Húngaro (SETON-WATSON, 1943; POLISENSKÝ, 1991; ORAVCOVÁ, 1994). A razão central que provocará o levante nacionalista em ambas as regiões reside no temor ao seu aniquilamento total, o qual definimos como o desaparecimento de sua história cultural e idioma, inviabilizando qualquer retorno a um estado independente. Isso se fazia bem claro com as políticas de assimilação germânica empreendidas em ambos os territórios, tornando o uso do idioma alemão obrigatório em todas as instituições administrativas e escolares, subjugando a um plano secundário as línguas maternas tcheca e eslovaca, de maneira que essas fossem gradativamente substituídas.

Tanto para a língua tcheca, assim como para a eslovaca, não exista uma palavra derivada direta do latim *nasci* para designar *nação*. Em ambos os casos, a palavra utilizada é *národ*. Termos como: *nacionalistický* (nacionalista), *nacionalizmus* (nacionalismo), *nacionálný* (nacional) derivaram do latim, mas ganharam uma conotação negativa durante o período entre Guerras. Assim, as palavras que expressam positivamente o amor pela nação encontram seu uso em: *národný* (nacional). *Vlastenec* (patriota)

e *vlastenectví* (patriotismo). A palavra *ceský* (tcheco), chegou a possuir três significados: um para se referir geograficamente ao território da Boêmia e sua diferenciação com a Morávia, um significado político para se referir as terras da coroa (Boêmia, Morávia e Silésia), e, por fim, e que iria prevalecer posteriormente, o significado cultural dos habitantes dos territórios citados. Já o caso eslovaco apresenta menos referências. *Slovenský* (eslovaco) era usado mais para designação de raça do que de território. *Slovakia* (Eslováquia) foi tardiamente definida como um território habitado por eslovacos, tendo em 1849, no período de imaginação nacional e codificação da língua, o primeiro pronunciamento público do termo. Antes, o uso comum que os eslovacos faziam de sua própria referência se ilustrava em palavras como: eslavos, eslovacos (sem conotação territorial) e eslavos da Hungria, o que legava a relevância da identificação territorial como pertencente aos húngaros<sup>5</sup>.

O fato de terem feito parte conjuntamente da Grande Morávia e a proximidade entre as duas línguas, contribuíram para o desenvolvimento de significativos argumentos em defesa da construção, em primeiro lugar nas tentativas de uma língua comum e, sem segundo, na construção da nação tcheco-eslovaca. Entre os tchecos, um passado, assim como a defesa de uma pré-identidade nacional, começou a ser redescoberto em uma literatura produzida na Idade Média, através das Crônicas de Kosmas<sup>6</sup>, publicadas em latim entre 1119-1125, e nas Crônicas de Dalimil<sup>7</sup>, sendo a primeira obra publicada em língua vulgar no início do século XIV. O caso eslovaco é aponta-

<sup>5</sup> Ver: SETON-WATSON, 1943; KIRSHBAUM, 1990; POLISENSKÝ, 1991; PYNSENT, 1994.

<sup>6</sup> Kosmas de Praga foi um padre que nasceu e viveu durante toda sua vida na Boêmia. Em suas obras, tratou a história local a partir da fundação do estado da Boêmia em 600 D.C. e posteriormente a fundação da dinastia Premislide e os feitos da nobreza tcheca até 1125, ano de publicação de sua terceira crônica e sua morte. A Crônica inicia com a história dos três irmãos Duques que fundariam as nações eslavas: Lech, *Lechia* (região da Polônia); Cech, *Czechia* (Boêmia, Morávia e Silésia); e Rus. *Ruthenia* (Rússia, Bielorrússia e Ucrânia).

<sup>7</sup> Autor desconhecido. A obra é uma compilação de antigos contos até então disponíveis apenas no latim.

do como mais problemático, pelo fato das primeiras obras datarem do século XVII, período em que a identidade nacional começa a ser politicamente discutida. Alguns historiadores situam que o termo *slovák* (eslovaco) passa a ser utilizado como definição de grupo étnico apenas em 1485, permanecendo, todavia, como uma definição vaga até ser trabalhada pelos nacionalistas dos séculos XVIII (PYNSENT, 1994). Produções literárias em linguagem vernácula anteriores aos séculos XIV e XV são muito raras, sendo o latim a língua franca nesse período. Sabe-se, também, que a língua tcheca se fazia presente na literatura eslovaca, sobretudo na prática litúrgica protestante, os quais utilizavam o formato tcheco presente na Bíblia de *Kralice* (SETON-WATSON, 1943).

O conceito linguístico de nacionalidade implica um entendimento político que situa a língua como a alma de uma nação, e assim sugeria que cada nação tivesse sua própria língua. Dessa forma, tanto a adesão quanto a promoção de uma linguagem literária tcheca e eslovaca, implicavam na defesa de que ambas as nações existiam por direito. Ressalta-se que a linguagem, em ambos os casos abordados, não saiu de algum dialeto utilizado pelas massas da população nativa, mas foi construída a partir das formas comunicativas já utilizadas pelas elites educadas (SETON-WATSON, 1943; POLISENSKÝ, 1991). A construção de um discurso hegemônico dependeu das habilidades das lideranças políticas. Habilidade conferida tanto no discurso político da história da nação, assim como no processo de construção da moderna linguagem literária de tais povos.

### Os Movimentos Nacionalistas Tcheco e Eslovaco: Língua, Letramento e Politização

Três gerações de movimentos nacionalistas tcheco e eslovaco são identificadas tanto pelo tipo de atividade exercida, assim como pela atuação de suas lideranças (HROCH, 1996). Assim, essas fases são divididas dentro dos seguintes movimentos: 1) Escolaridade (1770-1810); 2) Agitação (1810-1848); 3) Massifi-

cação (1848). Entre as lideranças de maior destaque, figuram no lado tcheco os nomes de Josef Dobrovský, para a primeira fase e Josef Jungmann e Frantisek Palacky, para a segunda geração. No lado eslovaco, figuram os nomes de Juraj Papanék e Anton Bernolak, para a primeira geração, seguidos de Jan Kollar, Pavel Safarik e L'udovit Stur, para a segunda.

O fato de nosso trabalho se debruçar na importância da língua para a nação e, como esta teve papel fundante nos movimentos nacionalistas, abordaremos apenas as duas primeiras gerações, o que deixa de fora um dos mais importantes nomes da história tchecoslovaca, como o de Tomás G. Masaryk – maior nome da área de filosofia presente na terceira geração do movimento nacionalista, sendo também o primeiro presidente da república binacional da Tchecoslováquia. Nossa justificativa reside no fato de que as mentes mais brilhantes, das duas primeiras fases, eram acadêmicos que trabalhavam como tradutores, poetas, filólogos, jornalistas e escritores. Por influência do romantismo, fizeram um minucioso trabalho de pesquisa e coleta de manuscritos antigos – muitos forjados para fins políticos (HROCH, 1986 e 1996) –, músicas e demais obras, proporcionando uma releitura, atualização e (re)construção do folclore e cultura local. Quanto mais se revelava o passado, mais o sentimento nacional ganhava forças e se expandia rumo às massas.

No território tcheco, a fase da Escolaridade (1770-1810) é retratada como um produto direto do Iluminismo e da influência do Romantismo alemão. Conquistas como a dos direitos subjetivos, a diminuição da censura e o estabelecimento da patente de tolerância, assim como as liberdades de reunião e expressão, proporcionaram o surgimento dos primeiros jornais políticos (HROCH, 1986 e 1996). Outros fatores fundamentais se deram em consequência das reformas escolares, a abolição da servidão, o fim dos direitos estatais do Tribunal de Chancelaria da Boêmia e a política de germanização linguística das instituições administrativas dentro do Império Habsburgo. A influência do romantismo alemão se fez, em grande parte, entre os letrados e acadêmicos que desenvolveram seus estudos em língua alemã, tendo nas

obras de Johan Gottfried von Herder sua principal fonte norteadora. Isso se explica pelo fato de que, dentro de seu gênio literário, uma nação autêntica se justifica pela sua língua e, só através do uso de sua própria língua que se torna possível a promoção de uma autêntica literatura nacional (HROCH, 1986).

Por efeito das instituições onde estudaram, a primeira geração de acadêmicos nacionalistas publicava suas obras em latim ou alemão, tendo suas atividades financiadas pela nobreza boêmia descontente com o fim de seus privilégios no Tribunal de Chancelaria. Entre as atividades financiadas, destacam-se os estudos em História, os quais tinham por finalidade inicial defender a língua local como uma característica marcante da nação tcheca e, posteriormente proceder com sua recodificação. Nesse período são fundadas as primeiras instituições nacionais tchecas: a Sociedade de Ciência da Boêmia, em 1784; a primeira Editora tcheca, *Ceská expedisse*<sup>8</sup>, em 1790; e a disciplina de estudos em língua e literatura tcheca, na Universidade Carolíngia de Praga (*Univerzita Karlova v Praze*), em 1793. Ainda quem em 1719 tenha surgido o primeiro jornal em língua tcheca, foi no ano emblemático de 1789 que surge o primeiro jornal político e nacionalista tcheco: *Krameniusevy císařské pražské postovské noviny* (Real Praga Notícias, de Kramenuis); em 1806, Jan Nejedlý funda o primeiro jornal de literatura tcheca, *Hlastel český* (O Arauto Tcheco)<sup>9</sup>.

A historiografia produzida nesse período tinha por finalidade desamarrar a história da nação tcheca de velhos mitos produzidos sob um ponto de vista dogmático católico, promovendo a reabilitação do período da Contrarreforma e do movimento Hussitá (SETON-WATSON, 1943). No que concerne a recodificação da língua, Josef Dobrovský exerceria uma liderança fundamental com seu dicionário e gramática, publicados em 1809 (primeira parte) e 1821 (segunda parte). Dobrovský, também fundador dos estudos tchecos-eslavônios, estabeleceria as bases da recodificação da língua

tcheca, mesmo acreditando, dada sua dificuldade de aprendizado, que está nunca poderia ser utilizada nas artes e na ciência (PYNSENT, 1994).

A fase da escolaridade, na Eslováquia, teve início no mesmo período que no território tcheco e, assim como no território vizinho, suas primeiras lideranças nacionalistas também escreviam em línguas estrangeiras, sendo o latim aquela com uso mais comum, com uso do tcheco para outros tipos de publicações. O ambiente intelectual, que caracteriza os movimentos nacionalistas eslovacos foi protagonizado por duas correntes competidoras pela hegemonia das ideias: os Eslovacos-Católicos e os Tchecoslovacos-Protestantes, os quais dedicaram seus esforços nesse período para resolver conflitos sobre linguística. Para os eslovacos, o problema não era de reinterpretação de sua própria história, mas de escrevê-la ao mesmo tempo que se codificava sua língua. O ponto de partida foi a Grande Morávia e a gramática desenvolvida pelos irmãos Cyrillo e Methodius, seguida de visões sobre sucessões após o fim da Grande Morávia, as quais se mostravam bem variadas entre as lideranças dos movimentos nacionais (PYNSENT, 1994).

As duas primeiras grandes lideranças eslovacas-católicas eram os padres Juraj Papánek e Anton Bernolák. Papánek publicou em 1780 a primeira obra sobre a história eslovaca: *Historia gentis Slavae. De regno regisbuque Slovarum* (História do Povo Eslovo. Do Reino e Reinado Eslovaco). O livro aborda uma história eslava direcionada para os eslovacos. Em sua obra, Papánek defendia que a nobreza eslovaca havia sido integrada à nobreza húngara, quando da conquista do território por estes e, por conta disso, a baixa nobreza que havia se formado logo após a expulsão dos turcos possuía direitos iguais aos demais dentro da *Natio Hungarica*. Papánek argumentava também que o estado Húngaro, ao entrar em contato com o povo eslovaco, herdara costumes da Grande Morávia, sendo esta, apresentada durante toda sua obra, como o primeiro grande estado eslovaco. Os eslovacos também aparecem como civilizadores dos nômades e “bárbaros” magiares, os quais teriam se cristianizado e aprendi-

<sup>8</sup> Fundada por Václav Matej Krameniusev.

<sup>9</sup> Ver: SETON-WATSON, 1943; HROCH, 1986; POLISENSKÝ, 1991.

do agricultura básica com os eslovacos. Apon-tando o Rio Danúbio como o berço dos povos eslavos, Papánek tratou de colocar os eslovacos como os mais diretos descendentes originais do povo eslavo, e sua língua como a mais próxima da língua-mãe eslava. Uma história de subju-gação também fora elaborada pelos nacionalis-tas eslovacos, onde os grandes adversários fi-guravam nos magiares e alemães. Muito da identidade nacional também se produzia em contraste com os dois povos, somado aos tur-cos. As guerras otomanas figuraram por vezes como o tema preferidos dos poetas nacionalis-tas. Mas coube aos alemães o *status* de inimigo maior, devido a oposição aos Habsburgos e os privilégios que a população germânica desfru-tava em seu território e a obrigação do uso do idioma alemão em instituições escolares e ad-ministrativas. Muito tempo depois, soube-se que Papanék havia inventado uma linha de reis eslovacos que nunca existiram<sup>10</sup>.

No mesmo ano da publicação de Pa-pánek, ocorria, no Seminário Geral de Bratisla-va, um ciclo de debates em torno da codifica-ção da língua local promovida pela Sociedade Promotora da Língua Eslovaca, cuja liderança se fazia pelo padre Anton Bernolák. Sete anos após o Seminário, Bernolák apresentou sua *Dissertatio philologico-critica de litteris Slovarum* (Dissertação Filológica da Letra Eslovaca), on-de criticava qualquer ideia de uma unidade nacional entre tchecos e eslovacos tendo por base uma linguagem literária comum. Para Bernolák: “a linguagem literária é um meio de expressão do caráter nacional e distingue os Eslovacos dos vizinhos das demais nações es-lavas<sup>11</sup>”. A codificação e a linguagem literária empreendida por Bernolák, ficou conhecida como *Bernoláctina*, sendo baseada no dialeto eslovaco-jesuíta e recebeu ampla adoção entre a população católica eslovaca. Junto com o re-nomado escritor Juraj Fandlý, Bernolák fundou a primeira instituição nacional eslovaca em 1792: *Slovenské učené tovarisstvo* (Sociedade Es-lovaca de Aprendizado), a qual chegou a con-

tar inicialmente com uma rede de 581 membros sobre o território eslovaco.

A corrente protestante permanecia em defesa da linguagem literária tcheca (*Biblictina*), utilizada na Bíblia de *Kralice*<sup>12</sup> e, consequente-mente era a linguagem adotada pela população protestante. Os protestantes eslovacos recorre-ram aos protestantes tchecos para obter fundos para suas atividades. Essa interação produziu um conceito de existência remota de uma tribo tcheco-eslovaca. Assim, ideais de uma nação eslava entre ambas passavam a ganhar algum terreno. Sob liderança de Bohuslav Tablic e Ju-raj Palkovic, as ideias de uma comunidade lin-guística e cultural tcheco-eslovaca encontrari-am seu lugar de publicidade nas livrarias abert-as, na fundação da Sociedade Tcheco-Eslovaca e com o estabelecimento da cadeira tchecoslo-vaca no Liceu Protestante de Bratislava.

A fase de agitação política tem início aproximadamente em 1810. É nesse período que toma forma uma ideologia nacional, com as atividades nacionalistas se mostrando for-temente presentes em muitas produções como obras musicais, jornalísticas e literárias. Nesse período, ser patriota era escrever em língua local (HROCH, 1996).

Joseph Jungmann, maior liderança tche-ca desse período, formula, em 1806, o primeiro programa nacional cultural tcheco em seu *Dvojí rozmlouvání o jazyku českém* (Duas Conversações em Linguagem Tcheca). Anos depois, em 1820, publica *Slovenost* (Verbo), o primeiro texto em tcheco sobre teoria literária. Funda em 1821 o primeiro jornal científico tcheco: *Krok* (Passo). Em 1825, publica um livro sobre a história da literatura tcheca e em 1839 publica o dicionário Tcheco-Alemão. Entre os discípulos de Jung-mann, destacou-se a romancista e poetiza Bo-zena Nemcová, que ao fundir lendas e folclores locais, criaria um novo gênero literário. Sob sua liderança, o movimento nacionalista tcheco, com auxílio da nobreza boêmia, inaugura em 1820 o primeiro Museu Nacional Tcheco. Fi-nalmente, em 1821, Jungmann, juntamente com Frantisek Palacký (a segunda maior liderança nacionalista dessa fase) e Jan Svatopluk Presl

<sup>10</sup> Ver *Slovanství v národním živote Cechu a Slovákú* (1968, p.102) Apud BAKKE (1999).

<sup>11</sup> Ver *Slovanství v národním živote Cechu a Slovákú* (1968, p.102) Apud BAKKE (1999).

<sup>12</sup> Primeira bíblia traduzida para a língua tcheca pela *Unitas Fratrum* (Igreja dos Irmãos Morávios) em 1579.

fundam o primeiro jornal nacionalista tcheco: *Malice ceska* (Matriz Tcheca), considerado o primeiro jornal nacionalista de grande sucesso na promoção e avanço das ideias nacionais e o maior centro de atividades do movimento nacional até 1848 (SETON-WATSON, 1943; POLISENSKÝ, 1991.).

A nova historiografia tcheca foi auxiliada pela Patente de Tolerância, de 1781. O foco das primeiras críticas foi direcionado à *Kronyka ceská* (Crônicas Tchechas), de Václav Hájek z Libocan. Era uma fase de repúdio a qualquer produção católica do passado nacional, muitas vezes mencionadas como produções mitológicas. Essa historiografia, que teve em Palacký seu grande articulador, reabilitaria os movimentos protestantes Hussita, na Boemia, e *Brethren*, na Morávia. Palacký colocaria o período Hussitá como um tempo de glória para os tchecos, conferindo-os grande crédito pelo uso do tcheco em suas pregações religiosas. Por outro lado, a contrarreforma ganhou tons de desgraça, assim como os efeitos seguintes a derrota dos tchecos na Batalha da Montanha Branca (*Bíla Hora*), explicitando uma imposição arbitrária para o declínio nacional (HOU-VZVICKA, 1998). Sua visão política da história tcheca é marcada pelo constante conflito entre os elementos eslavos *versus* germânicos somados ao poder autoritário da Igreja Católica da idade média *versus* a liberdade de espírito. A partir da visão de Palacký, o movimento Hussitá ganhou *status* de movimento popular e nacionalista, significando uma luta dos tchecos pela liberdade contra os princípios autoritários e feudais católico-germânicos. Dessa forma, tem o início, também, uma produção literária anti-germânica que predominaria em muitas produções nacionalistas.

É preciso ressaltar a grande figura política de Palacký como parlamentar, uma vez que o mesmo é considerado o segundo grande patrono tcheco<sup>13</sup>, recebendo uma estátua e uma praça no bairro de *Praha 2, Plackeho Namesti*. A produção anti-germânica articulada por Palacký não pode ser confundida com de um racismo étnico. É uma produção política de um

dominado que anseia por sua liberdade e se direciona contra o seu dominante. Trata-se de uma produção influenciada, também, pela literatura contextualizada na “guerra das raças” (Foucault, 2005). Como parlamentar, com atuação ativa no mundo político dos Habsburgos, Palacký entendeu melhor do que ninguém o que estava em jogo com as políticas de germanização dos austríacos. Em uma série de performances no parlamento, Palacký defendeu brilhantemente a necessidade do protagonismo austríaco para a Europa Central. Sua intenção era desarticular a adesão da Áustria na unificação da Grande Alemanha, ao mesmo tempo que articulava seu enfraquecimento perante as pequenas nações sob domínio austríaco. Isso fica bem ilustrado em sua recusa na participação na Dieta de Frankfurt, adicionando as seguintes reflexões:

“Isso pode significar o fim da Áustria. A manutenção da Áustria (Áustria, Boêmia e Hungria), sua integridade e sua consolidação são da maior importância não apenas para o meu povo, mas para a Europa como um todo, para a humanidade e para a civilização. Um grande império está emergindo no ocidente da Europa. Ele é quase invencível e um irresistível instinto o leva para o Centro e o Sul. Mais sucesso para esse império pode levar a uma monarquia universal. Não sou hostil à Rússia, assim como não sou hostil à Alemanha. Sou hostil a uma dominação universal que considero ser fatal ao progresso e bem-estar geral. Na Europa meridional, juntamente com as fronteiras da Rússia, a História agregou povos que diferem na linguagem, costumes e trajetória: Eslavos, Romanos, Magiares, sem falar dos Gregos, Turcos e Albaneses. Nacionalidades que se juntaram devido suas fraquezas, já que nenhuma delas é suficiente para conter um poderoso vizinho. Estão ligadas pelo Danúbio, e a Áustria, que as mantém juntas, não pode abandoná-las sem risco. Um estado Austríaco é indispensável para segurança da Europa e da Humanidade. Se a Áustria não existe, ela deve ser inventada (PALACKÝ, 1948, p. 305-06)”.

<sup>13</sup> Sendo o primeiro, Karel IV, e o terceiro, Thomas G. Masaryk.

Na mesma carta, Palacký diz conhecer as verdadeiras aspirações alemãs e coloca os Habsburgos em uma bifurcação: proceder na história, fazendo da Áustria uma mera província alemã ou encarnar seu papel histórico de unificar e liderar a Europa Central. Como resultado, os Habsburgos descartam seu papel na unificação alemã, mas seguem com a política de germanização em seus domínios. Para Frantsek Palacký, a intensão dos Habsburgos com a germanização era bem clara, pois apresentando seus territórios integralmente como alemães/germanizados, venceria a disputa com seu principal rival pela liderança da Grande Alemanha, os Hohenzollern. Palacký passou a pregar repetidamente: “A Boêmia existe antes da Áustria e continuará existindo após esta desaparecer” (OSUSKY.1937, p. 5).

No território eslovaco, a agitação começa na década de 1820, mas o sucesso de mobilização só seria atingido em 1860, quando os campos da cultura e educação tiveram resultados notáveis. No entanto, o grande problema foi a política de magiarização cultural promovida pela *Ausgleich*<sup>14</sup>, em 1867, que atrasaria a fase de massificação para o século XX. Diferente da nobreza tcheca da boêmia, a nobreza no território eslovaco era magiar e a burguesia local era alemã. Assim, muitos fundos para a causa nacionalista eslovaca vinham de seus vizinhos tchecos (HROCH, 1986; ORAVCOVÁ, 1994).

Até 1840, a maioria dos eslovacos liam jornais tchecos como o *Kvetyy* (Flores) (PYNSENT, 1994). Os jornais tchecos teriam grande papel nos movimentos eslovacos, pelo fato de colocarem sempre espaço para discussão dos problemas, e outras temáticas, de seus vizinhos em suas páginas. A literatura escrita em *Bernoláctina* teve seu auge nas décadas de 1820 e 1830, através do poeta Jan Hollý, o qual conseguiu espaço para suas publicações no jornal tcheco *Krok*.

As duas principais lideranças eslovacas desse período, Jan Kollár e Pavel Josef Safarik, também eram figuras ativas no movimento na-

cionalista tcheco, promovendo um interessante intercâmbio político entre as ideias nacionalistas dos dois povos. Kollár recebera grande influência do romantismo, escrevia em tcheco e sua obra *Sláv dcera* (A Filha Eslava), publicada em 1824, é tida como o melhor exemplo de trabalho de escritores eslovacos que aderiram a produção em tcheco (SETON-WATSON, 1943). Kollár escrevia no tcheco pré-recodificação e buscava expandir a língua tcheca e seu uso no território eslovaco. Lutou pela abertura de livrarias de obras eslavas, gramáticas comparativas, dicionários, publicação de histórias folclóricas, tradução de livros e cadeiras de dialetos eslavos nas universidades. Enquanto Kollár se dedicava à poesias e romances, Safarik se debruçava na produção acadêmica e teórica. Suas obras mais significativas foram: *Geschichte der slawischen Sprache und Literatur nach alle Mundarten* (1826), onde busca compreender a história das línguas eslavas e seus alfabetos; *Slovanské starozitnosti* (1836), dedicado à antiguidade eslava e *Slovanský národopis* (1842), onde buscou retratar a contemporaneidade dos povos eslavos, região de habitação, linguagem e literatura<sup>15</sup>.

Uma reaproximação entre Católicos e Protestantes eslovacos, sob a bandeira da reciprocidade eslava, por volta de 1830, produziria novos ares. Mesmo os defensores da *Bernoláctina*, passaram a discursar sobre a existência de um parentesco cultural com os tchecos, ao mesmo tempo que Kollár e seu círculo passaram a ver a necessidade de uma reforma linguística. Como fruto dessa reaproximação, funda-se em 1834 a *Spolek milovníkov reci a literatury Slovenskej* (Associação de Amantes da Língua e Literatura Eslovaca), sendo Kollár nomeado seu primeiro presidente.

O evento decisivo para os eslovacos viria sob a liderança de um antigo opositor de Kollár, o poeta, historiador, linguista e pastor luterano L’udovit Stúr, o qual vinha desenvolvendo uma nova literatura eslovaca baseada no dialeto eslovaco-central. Os fundamentos de sua linguagem foram publicados em dois livros: *Nárecja slovenskuo* (A Língua Eslovaca) e

<sup>14</sup> Compromisso que estabeleceu a monarquia dual entre os domínios dos Habsburgos.

<sup>15</sup> Ver: SETON-WATSON, 1943; HROCH, 1986; POLISENSKÝ, 1991; PYNSENT, 1994).

*Náua reci slovenskej* (Teoria da Linguagem Eslovaca). Inicialmente, Stúr se encontrava entre os defensores das ideias de uma origem comum Tcheco-Eslovaca, influenciada pela corrente de Jan Kollar, chegando mesmo a fazer uso por um tempo da *Biblictina*. No entanto, em 1843, Stúr romperia com essa visão alegando que os eslovacos eram uma tribo eslava com linguagem própria. Ao unir nacionalismo com linguagem, Stúr posicionava os nacionalistas protestantes dentro desse entendimento. Assim escreveu:

“A linguagem é, então, o sinal mais seguro da essência e individualidade de cada nação. Apenas como um ser individual, a nação revela seu mais profundo eu interior através da linguagem[...] o espírito da nação se desenvolve na e com a linguagem na forma mais apropriada para ele: são interdependentes e, por isso, não podem existir um sem o outro” (PYNSENT, 1994, p. 186).

Durante a segunda metade da década de 1840, três linguagens literárias coexistiram no território eslovaco: *Bernoláctina*, *Stúrtina* e a *Biblictina*.

Os nacionalistas tchecos entendiam que os eslovacos faziam parte da mesma nação, se posicionando contra a codificação empreendida por Stúr. Em 1846, Jan Kollár publica *Hlasové o potrebe jednoty spisovného jazyka pro Cechy, Moravany a Slováky* (Sobre a Necessidade de uma Linguagem Literária Unificada entre Tchechos, Morávios e Eslovacos), no *Matica česká*, onde também acusaria o círculo de Stúr de traição da reciprocidade eslava e da unidade tcheco-eslovaca.

Lideranças protestantes eslovacas também tentariam influenciar os rumos da recodificação linguística tcheca. Jural Palkovic romperia com Josef Jungmann, alegando a necessidade de conservar muitos elementos da *Biblictina* por questões de identidade eslovaca. Apesar de ambos concordarem que a linguagem era o mais importante traço da nacionalidade, Jungmann defendia que a linguagem é um organismo em constante desenvolvimento, não podendo ser algo fechado em si. Esse impasse

provocou o afastamento de Jan Kollár, o qual passou a alegar que o moderno tcheco era mais difícil de ser ensinado aos eslovacos do que a *Biblictina*, passando a inserir mais termos dos dialetos eslovacos em suas produções literárias. Sua atitude irritou o lado tcheco que considerou suas ações provocadoras de uma catástrofe. O resultado foi o hiato entre os círculos intelectuais tchecos e eslovacos, com ambos os lados seguindo rumos próprios em seus empreendimentos linguísticos e gramaticais que defenderiam seus direitos de nação perante os Habsburgos. No lado tcheco, as ideias de Dobrovsky e Jungmann saem triunfantes e consolidam o moderno idioma tcheco<sup>16</sup>.

No lado eslovaco, os círculos literários chegam a um acordo final em 1852, com atuação destacada do teólogo e pedagogo católico Martin Hattala, escrevendo a obra resultante da reforma linguística: *Kratká mluvtina slovenská* (Uma Concisa Gramática Eslovaca), a qual acabou recebendo grande influência das ideias de Stúr. No entanto, a *Ausgleich*, em 1867, mergulha o nacionalismo eslovaco em um profundo retrocesso, agora com a política de magiarização impedindo a difusão de uma identidade eslovaca, algo que só sairia do ostracismo no início do século XX, na fase (política) da massificação eslovaca, quando novamente constroem uma aliança com os tchecos que resultará na fundação da república binacional da Tchecoslováquia.

## O Estado Binacional *versus* Investidas de Assimilação

O momento de edificação do estado binacional tchecoslovaco se realiza dentro da terceira geração de nacionalistas, cuja maior figura se ilustra através do filósofo Tomáš G. Masaryk. É a fase em que toda a construção anterior acerca das histórias culturais e da legitimidade da línguas maternas tchecas e eslovacas já figuram consolidadas no debate, restando apenas conquistar seus direitos de nações independentes. Sabe-se que, tanto tchecos, quanto

<sup>16</sup> Ver: SETON-WATSON, 1943; HROCH, 1986; PYNSENT, 1994.

eslovacos, trabalhavam em prol de independências singulares. No entanto, o tamanho de seus territórios nacionais não convencia a comunidade política internacional de sua sobrevivência. Em outras palavras, por seu tamanho e pela crença da época, pequenas nações nunca seriam capazes de resistir as investidas oriundas de outras nações maiores e mais poderosas. Assim, tchecos e eslovacos não estariam livres de investidas de assimilação germânica e magiar.

A primeira iniciativa para a formação de um Estado Tchecoslovaco teve origem com a iniciativa de lideranças tchecos em junho de 1914. Os eslovacos, por sua vez, permaneciam em passividade, mesmo após o início da Primeira Grande Guerra, com uma única exceção feita a liderança eslovaca de Milan Hodza (BAKKE, 1999). Em dezembro do mesmo ano, Tomáš Masaryk deixa Praga e viaja por diversas capitais europeias buscando apoio para a independência. No início de 1915, os Habsburgos ordenam a prisão dos líderes políticos que pregam pela independência. Em meados do mesmo ano, o movimento pela independência já era explicitamente conhecido no exterior. As Associações de Emigrantes Tchecos e Eslovacos realizam assembleias em Cleveland, Ohio, e defendem uma Federação Tcheco-Eslovaca. Em novembro de 1915, líderes exilados em Paris explicitam seu desejo por uma Tchecoslováquia independente. O evento leva a associação de emigrantes eslovacos aderir à proposta Tcheco-Eslovaca, passando a difundir-la no interior de seu território, buscando, também, o apoio dos líderes locais, os quais permaneciam em conflito com a nobreza magiar. Mas é somente em maio de 1918 que os eslovacos tornam oficial sua adesão aos tchecos na Assembleia Nacional e na Assembleia Socialista. No mesmo ano, é fundado o Conselho Nacional Tchecoslovaco em Paris e, em 18 de outubro de 1918, o conselho reconhece a legitimação dos Governos tchecos e eslovacos, proclamando sua independência na Declaração de Washington (POLISENSKÝ, 1991).

Em 30 de maio de 1918, Masaryk co-assina o acordo de Pittsburgh, nos EUA, em conjunto com as organizações de emigrantes

tchecos e eslovacos. Realizam-se uma série de assembleias e discussões acerca da organização do Estado Tcheco-Eslovaco. O tratado de Pittsburgh concede autonomia aos eslovacos, porém com algumas reservas. Em 19 de outubro de 1918, Ferdinand Juriga, único deputado em atividade no Parlamento húngaro, declara que o Conselho Eslovaco e o povo eslovaco não reconhecem mais a autoridade do governo húngaro. Finalmente, em 28 de outubro de 1918, o Conselho Nacional Tchecoslovaco, em Praga, funda a República da Tchecoslováquia (POLISENSKÝ, 1991).

## Conclusão

Através da abordagem de ambos os territórios, assiste-se que a República da Tchecoslováquia começa a ser imaginada quando tchecos e eslovacos percebem suas existências ameaçadas pelas ideias evolucionistas contidas nas políticas de assimilação e no princípio do ponto crítico. Como primeira grande tarefa de auto-defesa, precisaram apresentar a si mesmos como nação, dotada de língua, história e cultura própria para, a partir de então, buscar o reconhecimento e legitimidade perante os olhos externos. A tarefa foi empreendida pelos nacionalistas da primeira geração, quando estes redescobriram as origens de suas histórias culturais, promovendo até mesmo o reencontro de um com o outro, quando ambos se enxergam, até os dias de hoje, como uma comunidade herdeira da Grande Morávia. O próximo passo foi proceder com a defesa de uma língua no sentido de *alma mater* de suas nações e, seguindo os critérios do princípio do ponto crítico, buscaram suas origens no vernáculo utilizados pelas elites de suas regiões. No caso tcheco, a língua utilizada pela nobreza da Boêmia, enquanto o lado eslovaco, cuja nobreza falava latim e alemão, recorreu ao eslovaco-jesuíta.

Após a redescoberta cultural que, por sua vez, habilita a construção de uma comunidade de sentimentos, passa-se a tarefa, esta legada para a segunda geração de nacionalistas, de construção de uma comunidade de língua. Assim, estes deliberam, codificam, recodificam

e estabelecem as bases linguísticas e gramaticais de suas línguas maternas. Ainda sim, ambos não estavam livres da política de assimilação pelo fato de seus territórios serem classificados como pequenos e frágeis e, dessa forma, poderiam não sucumbir a novas investidas germânicas e magiares.

Nota-se que, mesmo trabalhando em causa própria desde o século XVIII, ambas as nações redescobrem pontos comuns em suas histórias que quase a levam a uma terceira unificação ainda no século XIX através da colaboração para o estabelecimento de uma língua comum para ambas as nações. Mas, é nesse mesmo ponto que encontramos nos movimentos nacionalistas tcheco e eslovaco uma séria lacuna que se ilustra na quase completa ausência de um sentimento de destinação política comum e, provavelmente por isso, ambas permaneceram muito tempo separadas e à mercê da assimilação e outros fatores norteadores do princípio do ponto crítico que não conseguiram sustentar, como é o caso da terceira condição deste. De fato, o sentimento tcheco-eslovaco se apresentou sempre com mais força pelo lado tcheco. Isso mostra que suas lideranças perceberam mais cedo que a independência não necessariamente equivaleria a sobrevivência, mesmo após a queda dos Habsburgos. Por outro lado, a imersão da mesma ideia, nas lideranças eslovacas, só viria com a pulsão de morte sentida no final da Primeira Grande Guerra. Em outras palavras, há um desejo de unificação territorial, por parte dos eslovacos, puramente fundamentado no desejo de sua preservação. Nota-se que suas lideranças percebiam que uma união com a Hungria poderia conduzir a novas investidas de magiarização, com as quais novamente poderiam não obter acordo e saírem novamente derrotados. Já com os vizinhos tchecos, em situação equivalente com os austríacos, um acordo político e de tolerância poderia ser construído. Isso fica bem evidente nas negociações empreendidas que resultaram na concessão de uma certa autonomia para os eslovacos, assim como na não retomada de qualquer tipo de acordo para construção e codificação de uma língua e gramática comum. Dessa forma e, sob tais condições, construiu-se uma re-

pública binacional, onde ambas as nações puderam, enfim, consolidar-se como manifestação histórica, até 1993, em um estado autodeterminado – isto é, detentor do monopólio legítimo do emprego da política em seu território –, independente, e tchecoslovaco.

## Referências Bibliográficas

ACTON, John. Nationality; In BALAKRISHNAN. Gopal. (org). (1996). **Mapping the Nation**. New York. [1862(1996)]

BAUER, OTTO. The Nation; In BALAKRISHNAN. Gopal. (org). (1996). **Mapping the Nation**. New York. [1907(1996)].

BAKKE, Elisabeth. **Doomed to Failure? The Czechoslovak Nation Project and the Slovak Autonomist Reaction 1918-1938**. PHD Dissertation submitted to the Faculty of Social Sciences. University of Oslo, Norway, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Ed. Jorge Zahar. RJ, 1998.

HOBSBAWEN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOUZVICKA, Vacláv. **Germany as a Factor of Differentiation in Czech Society**. Czech Sociological Review, n. 2. Vol. 6. p. 219-239, 1998.

HROCH, Miroslav. **Social Preconditions of National Revival in Europe: A Comparative Analysis of the Social composition of Patriotic Groups among the Smaller European Nations**. Cambridge: Cambridge UP, 1985.

HROCH, Miroslav. **Nationalism and National Movements: comparing the past and the present of Central and Eastern Europe**. Nations and Nationalism 2. ASEN-London School of Economics, 1996.

KIRSCHBAUM, Stanislav j. **Historical Dictionary of Slovakia**. Historical Dictionaries of Europe no. 31. Lanham: Scarecrow Press, 1999.

ORAVCOVÁ, Marianna. The Ethnic Cultural Dimension of National Emancipation. The Evocation of the Slovak Nation. In: PICHLER, Tibor; GAPARKOVÁ, Jana. (eds). **Language, Values and the Slovak Nation**. Prague: Czech Academy of Science.,1994.

OSUSKY, Stefan. **Why Czechoslovakia?** Foreign Affairs. Published by the Council on Foreign Relations., 1937.

PALACKÝ, Frantisek. Letter Sent by Frantisek Palacký to Frankfurt 1848. Slavonic and East European Review n. 26. p. 305-306, 1948.

POLISENSKÝ, Josef. **History of Czechoslovakia in Outline**. Bohemian International, 1991.

PYNSENT, Robert. **Questions of identity. Czech and Slovak ideas of nationality and personality**. Central European University Press. Budapest – London – New York, 1994

SETON-WATSON, Robert Willian. **A History of the Czechs and Slovaks**. London: Hutchinson, 1943.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

**Abstract:** *Our paper addresses the role of the mother tongue as a central and political element in the struggles that legitimized the right to self-determination of small Slav nations. The examples are the cases of the Czech Republic and the Slovak Republic through the dawn of their nationalist cultural movements during the eighteenth and nineteenth centuries. Are studied and problematized some of the main political theories justifies of the national states, which exerted deep influences in the intellectual circles of this period. Thus, the concepts of nation and language and the respective elements that legitimize the right of a given nation to express itself through its own state are discussed. The theoretical elements discussed are then contrasted with the historical path followed by the process of imagination and construction of the binational Czechoslovak state. As the focus of this work is on the political and central role of language, we approach two of the three generations of nationalist movements.*

*The reasons are justified by the fact that the first two groups are composed by philologists, linguists, historians, poets and journalists who carried out the mission of rediscovering their cultural histories during their stage of performance, codify their languages and legitimize the right of political recognition of their nations.*

**Keywords:** Language; Nation; State; Politics; Slavic Peoples